

THE IMPACT IN PUBLIC DIGITAL BOOKKEEPING SYSTEM (SPED) IN ACCOUNTING: A PERCEPTION OF PROFESSIONALS THAT ACT IN BUSINESS ACCOUNTING SERVICES

Vinicius Costa da Silva Zonatto (Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, Brasil) - viniciuszonatto@gmail.com

Genice Maribel Meyer (Faculdade Dom Alberto, Rio Grande do Sul, Brasil) - genice_sincotec@hotmail.com

Cesar Augusto Bay (Faculdade Dom Alberto, Rio Grande do Sul, Brasil) - cesaraugustobay@gmail.com

This study aims to analyze the impact of the Public Digital Bookkeeping System (SPED) in accounting. A descriptive research, performed by surveying with quantitative data approach. It was analyzed the perceptions of 40 accounting professionals who work in the city of Santa Cruz do Sul/RS. The main challenges faced by respondents when deploying SPED were the access to training courses and the time for adaptation. The most influencing factors in the activities of these professionals were the increased computerization and rising costs of services provided. The main expectations due to the implementation of the SPED are related to the increased reliability and data quality. It is expected that this change will bring greater flexibility and clarity in accounting information. It's concluded that the SPED directly impacts the activities performed by accounting professionals, increasing the volume of services and responsibilities.

Keywords: SPED. Accounting services. Business accounting services.

IMPACTO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) NA CONTABILIDADE: UMA PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS

Este estudo objetiva analisar o impacto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na contabilidade. Trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada por meio de levantamento com abordagem quantitativa dos dados. Foram analisadas as percepções de 40 profissionais contábeis que atuam na cidade de Santa Cruz do Sul/RS. Os principais desafios enfrentados pelos respondentes quando da implantação do SPED foram o acesso a cursos de treinamento e o tempo para adaptação. Os fatores de maior influência nas atividades destes profissionais foram o aumento da informatização e o aumento dos custos dos serviços prestados. As principais expectativas decorrentes da implantação do SPED estão relacionadas ao aumento da fidedignidade e qualidade dos dados. Espera-se que esta modificação traga maior agilidade e clareza nas informações contábeis. Conclui-se que o SPED impacta diretamente nas atividades desenvolvidas pelos profissionais da área contábil, aumentando o volume de serviços e suas responsabilidades.

Palavras-chave: SPED. Serviços contábeis. Empresas de serviços contábeis.

1 Introdução

As constantes mudanças sócio-econômicas exigem que todas as pessoas e profissionais transformem suas posturas, adaptando-se às condições de cada época. Com o rápido desenvolvimento tecnológico e a necessidade de obtenção de informações em tempo real, torna-se necessário que a contabilidade disponibilize aos gestores o maior número de informações confiáveis e úteis à tomada de decisões. O avanço tecnológico e o aumento das informações têm sido um grande desafio para a ciência contábil e, inevitavelmente, levarão a um redirecionamento do papel desempenhado pelos profissionais que atuam na área.

Com o passar do tempo, a contabilidade passou de processos realizados manualmente para o que se denomina atualmente de padronização das informações. Esta padronização se deve aos grandes avanços tecnológicos principalmente no que diz respeito à utilização de recursos tecnológicos nas atividades desenvolvidas por esses profissionais. A tecnologia da informação (TI) possibilita a integração de todas as informações geradas pelas organizações, permitindo que contadores e empresários, por meio de *softwares* adequados, melhorem o processo de geração das informações, atendendo ainda às exigências impostas pelo fisco.

Para viabilizar a integração e padronização das informações entre os órgãos fiscalizadores e as organizações, o Ministério da Fazenda e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio do Decreto n. 6.022, de janeiro de 2007, instituíram o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, que revolucionou o sistema tributário nacional, obrigando todas as empresas a se adaptarem as novas regras de fiscalização implantadas pela legislação fiscal.

O artigo 2º deste decreto define o SPED como o “instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações”. O SPED é dividido em quatro módulos: a Escrituração Contábil Digital (ECD), a Escrituração Fiscal Digital (EFD), a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e).

Atualmente, o SPED é considerado o principal instrumento de controle e fiscalização das informações prestadas pelas organizações empresariais. O SPED não impacta somente nas atividades das empresas, mas influencia diretamente no trabalho desenvolvido pelos profissionais da contabilidade, gerando dúvidas quanto a sua implantação, adequação e enquadramento junto à legislação vigente.

Além de observar as exigências fiscais, o profissional contábil deve ainda considerar com rigor, as Normas e Procedimentos Contábeis, frente ao cenário de convergência das práticas brasileiras as Normas Internacionais de Contabilidade. Nesse contexto, pode-se verificar a importância desses profissionais para as organizações. Por meio deles, a empresa busca elaborar seus demonstrativos financeiros, que serão utilizados para a comunicação da organização para com seus diretores, sócios, acionistas, entidades de classe, governo e a sociedade.

Apesar da importância dos potenciais benefícios que podem ser obtidos a partir da utilização de sistemas públicos de escrituração digital (Britz; Santana & Lunkes, 2010), pouco se sabe sobre os impactos destes sistemas, sobre as atividades desenvolvidas por profissionais que atuam na área contábil (Ruschel; Frezza & Utzig, 2011; Bonfim; Moraes; Machado; Amorin & Raimundini, 2012; Rocha & Carvalho, 2012). Evidências recentes têm sugerido a existência de limitação de profissionais capacitados para atuarem neste

novo ambiente (Ruschel et al., 2011). Em outra perspectiva, Bonfin et al. (2012) chamam a atenção para a necessidade de mudança de paradigmas.

Nesse contexto, uma questão emergente na literatura contábil que estimula a realização deste estudo está relacionada à investigação dos impactos causados nas empresas de prestação de serviços contábeis, advindos da implementação do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Diante do exposto, busca-se, com este estudo, investigar junto a profissionais que atuam nesta área a seguinte questão: Qual o impacto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sobre a contabilidade?

O objetivo central deste estudo consiste na análise do impacto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na atividade contábil. De forma mais específica, busca-se: a) identificar os principais desafios enfrentados pelos profissionais prestadores de serviços contábeis, quando da implantação do SPED; b) verificar os fatores de maior influência nas atividades destes profissionais; e c) investigar as principais expectativas decorrentes da implantação do SPED por parte dos profissionais participantes da pesquisa.

O estudo justifica-se pela relevância e atualidade do tema e fornece evidências que podem contribuir para a realização de estudos futuros, com vistas à identificação de fatores que facilitam ou dificultam o sucesso da implementação de sistemas públicos de escrituração digital em empresas de serviços contábeis. O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: inicialmente apresenta-se esta contextualização inicial do trabalho e o objetivo da pesquisa; a seguir, descrevem-se a fundamentação teórica e o método utilizado para a realização deste estudo; por fim, são apresentadas as conclusões do trabalho.

2 O Sistema Público de Escrituração Fiscal - SPED

O uso da Tecnologia da Informação (TI) pode ser considerado como fator estratégico de sinergia para as organizações (Bonfin et al., 2012, p. 17). O desenvolvimento desses recursos contribui para o aumento da capacidade de armazenamento de dados relacionados às atividades das empresas e para a obtenção de informações de forma tempestiva, as quais qualificam o processo decisório dos gestores (Burns; Ezzamel & Scapens, 1999).

Dentre os avanços tecnológicos, o SPED é um dos principais instrumentos de gestão desenvolvidos para o governo e para as empresas, pois o mesmo transmite ao fisco informações sobre as movimentações em tempo real do que ocorre nas operações diárias da empresa. Azevedo e Mariano (2010) explicam que, com essa situação, o contribuinte terá uma simplificação de suas obrigações acessórias facilitando e racionalizando suas informações. Apesar disso, os contribuintes ainda não estão eximidos de prestar ao governo outras informações acessórias.

De acordo com Cleto e Oliveira (2010), o SPED tem como objetivos, dentre outros:

a) promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitando as restrições legais;

b) racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores; e,

c) tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

De maneira geral, o SPED está estruturado em quatro módulos (Escrituração Contábil Digital - ECD; Escrituração Fiscal Digital - EFD; Nota Fiscal Eletrônica - NF-e; e, Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e), com propósitos distintos a cada um

deles. Apesar destas finalidades específicas, as informações geradas são integradas em uma base de dados única, administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com outros órgãos fiscalizadores (Azevedo & Mariano, 2010). As principais finalidades dos módulos são: Nota Fiscal Eletrônica - NF-e; Escrituração Fiscal Digital - EFD; e, Escrituração Contábil Digital - ECD; são apresentadas a seguir.

2.1 Nota Fiscal Eletrônica - NF-e

A nota fiscal eletrônica foi instituída em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e do Secretário Geral da Receita Federal do Brasil, realizada em 30 de setembro de 2005, sendo formalizada pelo Ajuste SINIEF n. 07/2005, que depois sofreu novas alterações (SINIEF n. 04/2006, SINIEF n. 05/2007 e SINIEF n. 08/2007).

De acordo com Azevedo e Mariano (2010), a NF-e é um documento emitido e armazenado eletronicamente, com o objetivo de documentar operações, cuja validade jurídica é assegurada pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária. A obrigatoriedade de utilização é determinada em protocolos ICMS, de acordo com o segmento da organização. A NF-e contém dados do contribuinte remetente, do destinatário e da operação a ser realizada. Ele deverá ser assinado com certificado digital e enviado à Secretaria da Fazenda (SEFAZ) para validação e autorização.

Segundo Lunelli (2010, pp. 41- 42):

a Nota Fiscal Eletrônica representa um grande avanço nas relações comerciais entre contribuintes e no cumprimento das obrigações acessórias correspondentes. Por outro lado, a Nota Fiscal Eletrônica representa uma forte mudança de cultura, ao se deixar uma realidade toda baseada no documento em papel, passando-se para um cenário virtual, baseado no documento de existência apenas digital, atendendo os requisitos definidos na Medida Provisória 2.200 da Presidência da República.

A NF-e é um dos módulos fiscais que darão sustentabilidade para a aplicação do SPED, pois este fará a ligação dos contribuintes com o fisco e os outros módulos completarão todas as informações necessárias para o cruzamento das informações com base nos dados das notas fiscais eletrônicas emitidas.

2.2 Escrituração Fiscal Digital - EFD

Conforme Azevedo e Mariano (2010), a Escrituração Fiscal Digital - EFD é um arquivo digital (txt), que abrange um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de informações de interesse do fisco. Tem por objetivo substituir a escrituração dos livros fiscais em papel por arquivos digitais. Este arquivo deve ser assinado digitalmente (através de um certificado digital) e transmitido via internet ao ambiente SPED.

Segundo os autores, a EFD obriga o contribuinte a transmitir suas informações de forma mais detalhada ao fisco. Ela substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros fiscais:

- Registro de entradas;
- Registro de saídas;
- Registro de inventário;
- Registro de inventário de IPI; e,
- Registro de apuração do ICMS.

Dessa forma, as organizações ficam dispensadas da manutenção destes registros em papel. No entanto, devem obrigatoriamente armazenar de maneira adequada, mantendo pelo período estabelecido pela legislação, os documentos comprobatórios dos registros realizados, para eventual comprovação junto a órgãos fiscalizadores.

2.3 Escrituração Contábil Digital - ECD

A Escrituração Contábil Digital é o pilar contábil do SPED. Segundo Duarte (2009), pode-se definir a ECD como a geração dos livros contábeis em meio eletrônico, em *layout* padrão e assinado digitalmente, através de certificado digital. A ECD foi instituída pela Instrução Normativa RFB n. 777, de 19 de novembro de 2007, e foi retificada posteriormente, pela Instrução Normativa RFB n. 787, em 22 de novembro de 2007. Atualmente, de acordo com estas instruções, a ECD abrange os seguintes livros:

- Diário geral;
- Diário com escrituração resumida (vinculado a livro auxiliar);
- Diário auxiliar;
- Razão auxiliar; e,
- Balancetes diários e balanços.

Azevedo e Mariano (2010) explicam que todas as empresas devem utilizar o livro Diário, incluindo todos os fatos contábeis. Este livro é classificado, no SPED, como G - Livro Diário (completo, sem escrituração auxiliar). Ele não pode coexistir, em relação a um mesmo período, com quaisquer dos outros livros (R, A, Z ou B), à exceção de dois casos estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro.

A primeira delas é em relação à utilização de lançamentos, no Diário, por totais. Já a outra exceção, diz respeito à utilização dos livros Balancetes, Diários e Balanços e de livros auxiliares (Azevedo & Mariano, 2010). Para tanto, deve-se atentar a dois requisitos discriminados no artigo 1.184 do Código Civil (2005, p. 144):

Art. 1.184. No Diário serão lançadas, com individualização, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa.

§ 1º Admite-se a escrituração resumida do Diário, com totais que não excedam o período de trinta dias, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados, para registro individualizado, e conservados os documentos que permitam a sua perfeita verificação.

O SPED, para atender ao disposto acima, criou o Diário classificado como R - Livro Diário com Escrituração Resumida (com escrituração auxiliar). Neste caso, este livro refere-se ao livro Diário que possui escrituração resumida, nos termos do § 1º do art. 1.184. Ele obriga a existência de livros auxiliares (A - Livro Diário Auxiliar ao Diário com Escrituração Resumida, ou Z - Livro Razão Auxiliar). Além de observar tais recomendações, o profissional contábil ainda deve manter a ECD rigorosamente em dia, devendo entregar estes relatórios finais até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte, ao que se refere à escrituração.

Nota-se que a implementação de novas práticas de escrituração, estimuladas pelos novos recursos tecnológicos disponíveis, tende a impactar diretamente nas atividades desenvolvidas pelos profissionais que atuam na área contábil, o que influencia a mudança de concepções e de procedimentos que eram realizados há tempos por esses profissionais. Logo, processos de resistência terão que ser superados e a adequação por parte destes

profissionais se faz necessária, visto que a adoção destes sistemas é uma determinação legal. Tais razões justificam e evidenciam a relevância deste estudo.

3 Metodologia da Pesquisa

A metodologia utilizada na pesquisa é caracterizada como um estudo descritivo, realizado por meio de um levantamento com abordagem quantitativa dos dados. Para Martins (2002), a pesquisa descritiva traz a descrição das características de determinada população ou fenômeno e os relacionamentos entre as variáveis. Através dela, o usuário poderá conhecer mais profundamente o assunto, para poder depois descrever as características.

Neste estudo, foi realizada uma pesquisa de campo, viabilizada mediante a aplicação de um questionário estruturado, que foi enviado a empresas de prestação de serviços contábeis que se encontram localizadas no município de Santa Cruz do Sul/RS. De acordo com Marconi e Lakatos (2002, p. 83), a “pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese de que se queira comprovar, ou ainda descobrir fenômenos ou a relação entre eles”.

A amostra da pesquisa é intencional, sendo alcançada por acessibilidade. O instrumento de pesquisa utilizado para a coleta de dados foi o questionário desenvolvido por Ruschel et al. (2011). O questionário elaborado pelos autores foi estruturado em quatro blocos, contendo questões predominantemente fechadas. Ao todo, foram distribuídos 70 (setenta) questionários a potenciais respondentes, obtendo-se o retorno de 40 (quarenta) profissionais que atuam nesta área, o equivalente a 57,14% da amostra investigada na pesquisa.

De posse dessas informações, procedeu-se à análise dos dados. A abordagem do problema de pesquisa é de natureza quantitativa, pois a análise dos dados é realizada mediante a quantificação das respostas obtidas por meio da aplicação dos questionários. Segundo Oliveira (2002, p.115), o método quantitativo significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coletas de informações.

Para a tabulação dos dados, utilizaram-se recursos disponibilizados pelo *software* Excel 2007. A técnica utilizada para a tabulação e análise dos dados é a distribuição de frequências e estatística descritiva de média, mediana e desvio padrão. Como limitação da pesquisa, destaca-se o fato de que nem todos os questionários aplicados foram retornados, razão pela qual não é possível a generalização dos resultados do estudo. Os achados da pesquisa são apresentados a seguir.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

Esta seção apresenta uma síntese dos resultados da pesquisa. Inicialmente efetuou-se uma breve caracterização do perfil dos profissionais participantes da pesquisa. A seguir, procurou-se identificar os principais desafios encontrados por estes profissionais, na implantação do SPED. Por fim, investigou-se o impacto do SPED na profissão contábil.

4.1 Caracterização do perfil dos profissionais participantes da pesquisa

O primeiro bloco de questões realizadas aos participantes da pesquisa buscou identificar o perfil dos profissionais contábeis atuantes e com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul (CRC/RS). As perguntas

realizadas abordam aspectos como a atuação profissional, formação, gênero, estado civil, idade, ano de formação, tempo de atuação com registro pelo CRC/RS e se executa atividades relacionadas ao SPED.

De maneira geral, observa-se que dos 40 profissionais respondentes, 36 possuem formação acadêmica em nível superior (Bacharel em Ciências Contábeis) e registro ativo no CRC/RS, o que representa 90% do total dos respondentes. Apenas quatro profissionais possuem formação em nível técnico (Técnico em Contabilidade), o que representa 10% dos participantes da pesquisa.

Os resultados desta análise mostram que há maioria dos profissionais que atuam nesta cidade procuraram se qualificar, de modo que por esta razão podem oferecer a seus clientes serviços contábeis diferenciados e especializados, como serviços de auditoria e perícia. Nesse caso, também se deve destacar que deverá haver uma tendência natural para a qualificação destes profissionais, uma vez que a partir de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) não emitirá mais registro profissional a alunos formados em cursos técnicos.

Dentre os profissionais pesquisados, 22 são do gênero feminino e 18 do gênero masculino. A maioria destes profissionais (50%) possui idade entre 41 e 50 anos e 27,5% entre 31 e 40 anos. Destes, 32 atuam nesta área a mais de dez anos (80%), o que indica uma maior maturidade entre estes profissionais. Em relação ao período de formação dos profissionais, observou-se que apenas sete estão formados há menos de dez anos.

No que se refere à execução das atividades relacionadas ao SPED, apesar de se considerar a execução das atividades operacionais em conjunto muito importantes, na maioria dos casos investigados estas atividades são executadas pelos próprios contadores (72,5%), o que demonstra uma centralização por parte destes profissionais. Apenas 22,5% dos entrevistados permitem que tais atividades sejam desenvolvidas por colaboradores. Nenhuma das organizações participantes da pesquisa possui uma pessoa especializada na área, contratada para a execução destas tarefas especificamente. A seguir, descrevem-se os principais desafios encontrados por estes profissionais, quando da implantação do SPED.

4.2 Desafios na implantação do SPED

Os sistemas de informação tornaram-se imprescindíveis para o desenvolvimento e acompanhamento dos controles de uma empresa (Ruschel et al., 2011). Logo, é natural que também os agentes públicos, responsáveis pelo estabelecimento das políticas tributárias, utilizem desses recursos para a modernização de seus instrumentos de controle e planejamento. Ocorre que nem sempre os processos de implementação de sistemas informatizados são realizados de maneira tranquila e como se espera. Essa é a razão pela qual se observa, em várias ocasiões, a prorrogação dos prazos para o atendimento de obrigações fiscais.

O grau de dificuldade do sistema desenvolvido está diretamente associado à sua complexidade, uma vez que este deve atender a diferentes organizações, que possuem diferentes características e necessidades. Por outro lado, o desafio para os profissionais da contabilidade está em implementar esses sistemas e fornecer as informações desejadas pelo fisco.

Na maioria das vezes, não há uma capacitação adequada. Apenas a disponibilização de manuais de utilização dos sistemas. Neste contexto, procurou-se identificar junto aos profissionais que atuam na área contábil quais as principais dificuldades encontradas quando da implantação do SPED, bem como o atendimento às exigências nele contidas. Para tanto, os participantes da pesquisa responderam os questionamentos apresentados na

Tabela 1, atribuindo uma nota conforme o grau de dificuldade de cada questão, sendo 1 atribuído para um menor grau e 5 para o maior grau de dificuldade. Os resultados são evidenciados a seguir.

Tabela 1: Dificuldades relacionadas ao SPED

Dificuldades	Graus de dificuldade					Médias	Mediana	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5			
Acesso a legislação	8	15	11	3	3	2,45	3	2,13
Acesso a cursos de treinamentos	2	6	15	11	6	3,33	4	1,45
Clareza na legislação	5	13	11	5	6	2,85	3	1,76
Tempo para adaptação	2	4	12	16	6	3,50	4	1,17
Outros (Especificar)	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 1, percebe-se que o menor grau de dificuldade é o acesso a legislação representando uma média de 2,45, pois essa está disponível e atualizada nos sites dos órgãos públicos e são difundidas pela mídia em geral. A segunda menor dificuldade, com menor relevância, é a clareza na legislação, com uma média de 2,85. Em contrapartida, o acesso a cursos de treinamento e o tempo de adaptação são os fatores que apresentam maiores graus de dificuldade para esses profissionais.

O acesso a cursos de treinamento atingiu a média de 3,33, e é uma das dificuldades mais relevantes devido às grandes modificações implementadas pelo fisco. Os profissionais buscam se inteirar destas mudanças em cursos que às vezes são de difícil acesso ou em pouco número. Também, quando realizados, são oferecidos apenas em grandes centros. O tempo para adaptação, que apresentou a média de 3,50, é o grande desafio para a implantação do SPED. Isso ocorre devido à complexidade das alterações necessárias nos sistemas, para que seja possível a geração das informações desejadas pelo fisco.

Além de se identificarem os desafios encontrados por esses profissionais, quando da implantação do SPED, procurou-se ainda verificar o que o profissional contábil pretende fazer em relação ao mesmo, considerando sua responsabilidade técnica quando de prestação de serviços contábeis. Os resultados desta análise são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: Objetivos do Contador com relação ao SPED

Pretensões	Graus de importância					Médias	Mediana	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5			
Integrar o sistema de dados	4	1	10	13	12	3,70	4	1,25
Capacitar os colaboradores	6	3	15	11	5	3,15	4	1,23
Investir em segurança dos dados e TI	3	8	17	6	6	2,35	3	1,76
Agilizar os processos realizados	1	3	13	15	8	3,65	4	1,17
Outros (Especificar)	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

De maneira geral, observa-se que os principais objetivos destes profissionais em relação ao SPED, estão relacionados à: integração do sistema de dados com relação à empresa cliente x empresa (escritório contábil), grau de importância 3,70; e, agilidade dos processos realizados (3,65), uma vez que por meio destes processos, torna-se possível

gerenciar melhor o tempo disponível para a geração das informações necessárias ao correto preenchimento das obrigações advindas do SPED.

Tais achados são convergentes com os benefícios que podem ser obtidos pelas organizações, a partir da utilização de tecnologia da informação. De acordo com Burns et al. (1999), as melhorias obtidas nos processos de gestão, advindas da utilização de recursos tecnológicos proporcionam aos gestores uma melhor tomada de decisão. Por consequência, torna-se possível responder a determinados eventos com maior agilidade e precisão. Desta forma, entende-se que a implementação de sistemas públicos de escrituração digital pode contribuir efetivamente para com a melhoria dos processos de gestão das empresas.

A próxima etapa da pesquisa investiga os principais impactos do SPED nas atividades desenvolvidas pelos profissionais participantes da pesquisa. Os resultados desta análise são apresentados na sequência.

4.3 Impactos do SPED na profissão contábil

As constantes mudanças na legislação tributária nacional e na forma de escrituração dos documentos fiscais e contábeis das organizações, ocorridas recentemente, têm afetado as atividades desenvolvidas pelos profissionais da contabilidade. Neste sentido, o SPED é uma das ferramentas propostas pelo fisco para o acompanhamento das transações e movimentações econômicas das empresas. Assim sendo, torna-se necessária a identificação do impacto desta na atividade dos profissionais da contabilidade, bem como sua influência no trabalho e na profissão do contador. Os resultados desta análise são apresentados a seguir.

Tabela 3: Impactos do SPED para os Contadores

Impactos do SPED	Graus de impacto					Médias	Mediana	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5			
Maior fidedignidade dos dados	1	2	2	15	20	4,28	5	1,25
Agilidade no processamento de dados	2	1	5	16	16	4,08	5	1,43
Menos burocracia	4	2	10	15	9	3,58	4	1,68
Redução da carga de trabalho	5	2	12	13	8	3,43	4	2,10

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando a escala de 1 para baixo impacto e 5 para alto impacto, verificou-se, inicialmente, de que forma o SPED influencia as atividades do profissional da contabilidade. Os resultados encontrados indicam que, a partir da implementação do SPED, os profissionais da área contábil dispõem de dados mais fidedignos (4,28), gerados com maior agilidade no processamento das informações (4,08).

Num primeiro momento, não se acredita que este novo sistema irá proporcionar menos burocracia (3,58) e redução da carga de trabalho (3,43), uma vez que haverá um aumento considerável de trabalho em virtude do auxílio que estes profissionais terão que oferecer aos clientes, repassando-lhes informações e adequando seus sistemas de acordo com o *layout* exigido. Tais benefícios poderão ser percebidos após a consolidação do sistema.

Observa-se que os impactos esperados por estes profissionais são positivos e estão relacionados à valorização da profissão e da informação produzida pelos mesmos, o que demonstra que os profissionais atuantes na área vêem o SPED como um instrumento de auxílio na gestão das empresas, gerando também maior transparência nas demonstrações

contábeis. De posse dessas informações, procurou-se identificar, a seguir, qual a influência do SPED, no trabalho desenvolvido pelos participantes da pesquisa (Tabela 4).

Tabela 4: Influência do SPED no trabalho dos contabilistas

Influências	Graus de influência					Médias	Mediana	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5			
Aumento de trabalho	0	2	12	15	11	3,88	4	1,33
Aumento de oportunidade	1	3	9	16	11	3,83	4	1,35
Expansão das atividades	2	3	5	15	15	3,95	4	1,55
Aumento dos custos	0	0	11	19	10	3,98	4	1,42
Aumento da informatização	0	0	3	9	28	4,63	5	0,86

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando-se os resultados identificados na Tabela 4, observa-se que os respondentes da pesquisa consideram como sendo as opções de maior influência nas atividades desses profissionais o aumento da informatização (4,63) e o aumento dos custos dos serviços prestados (3,98). Tais apontamentos estão relacionados ao aumento de investimentos em aquisição de máquinas e também da contratação de profissionais qualificados para a execução das tarefas, o que gera custos adicionais para as organizações.

Apesar da expectativa de uma maior confiabilidade das informações prestadas pelos profissionais contábeis (Tabela 3), nota-se, na Tabela 4, que há uma menor expectativa dos participantes da pesquisa em relação ao aumento de novas oportunidades, o que sugere que esses profissionais não percebem o SPED como uma oportunidade de negócio. Finalmente, procurou-se verificar qual o impacto do SPED na profissão contábil, segundo as percepções dos participantes da pesquisa. Os resultados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5: Impacto do SPED para a profissão contábil

Impactos	Graus de impacto					Médias	Mediana	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5			
Aumento de competitividade	4	9	6	13	8	3,30	4	2,06
Aumento de oportunidade	1	3	8	16	12	3,88	4	1,83
Dificuldade de implantação do SPED	5	3	11	16	5	3,33	4	2,17
Exigência de domínio sobre o assunto	0	2	2	3	33	4,68	5	0,80
Limitação de profissionais capacitados	3	2	11	13	11	3,68	4	1,42
Outros (Especificar)	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando-se os resultados encontrados a partir das percepções dos respondentes da pesquisa, observa-se na Tabela 5 que a “exigência de domínio sobre o assunto” é o principal fator que impacta a profissão contábil atualmente. De maneira geral, a constante necessidade de atualização é um desafio para os profissionais dessa área. Além de manterem-se atualizados, torna-se necessário ainda o desenvolvimento de um conjunto de atributos que possibilitam a esse profissional entender de assuntos relacionados a diversas áreas do conhecimento. Profissionais mais preparados tendem a obter maiores oportunidades.

Em contrapartida, os fatores que tendem a apresentar um menor impacto na profissão contábil, segundo os participantes da pesquisa, referem-se ao aumento da competitividade (3,30) e à limitação de profissionais capacitados (3,68). Em síntese, observa-se que o SPED impacta diretamente nas atividades desenvolvidas pelos profissionais da área contábil, aumentando o volume de serviços e a responsabilidade destes profissionais.

5 Considerações Finais

O estudo objetivou analisar o impacto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na contabilidade. Trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada por meio de levantamento com abordagem quantitativa dos dados. Foram analisadas as percepções de 40 profissionais contábeis que atuam na cidade de Santa Cruz do Sul/RS, em relação ao impacto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na atividade contábil.

Inicialmente procurou-se realizar uma breve caracterização do perfil dos profissionais participantes da pesquisa. A seguir, procurou-se identificar os principais desafios encontrados por estes profissionais, na implantação do SPED. Por fim, investigou-se o impacto do SPED na profissão contábil.

De maneira geral, observa-se que 90% dos profissionais que participaram da pesquisa possuem formação acadêmica em nível superior; sendo 55% do gênero feminino e 45% do gênero masculino. A maioria desses profissionais (50%) possui idade entre 41 e 50 anos; e 80% atuam nesta área há mais de 10 anos. Em relação ao período de formação dos profissionais, observou-se que apenas sete estão formados há menos de 10 anos. No que se refere à execução das atividades relacionadas ao SPED, 72,5% desses profissionais centralizam estas atividades.

Os principais desafios enfrentados pelos respondentes quando da implantação do SPED foram o acesso a cursos de treinamento e o tempo para adaptação. Por sua vez, os fatores de maior influência nas atividades destes profissionais foram o aumento dos níveis de informatização das empresas prestadoras de serviços contábeis e o aumento dos custos dos serviços prestados.

Constatou-se ainda que a expectativa em relação ao maior fator de impacto do SPED está relacionada à fidedignidade e qualidade dos dados, pois os profissionais participantes da pesquisa destacaram que esperam que essas modificações proporcionem uma maior agilidade e clareza nas informações contábeis elaboradas.

Em relação ao principal fator de impacto do SPED na profissão contábil, a exigência de domínio sobre o assunto é o item mais destacado de acordo com as percepções dos respondentes da pesquisa. Desta forma, pode-se concluir que o SPED impacta diretamente nas atividades desenvolvidas pelos profissionais da área contábil, aumentando o volume de serviços e a responsabilidade desses profissionais, influenciando seus níveis de informatização e os custos dos serviços prestados.

Os resultados encontrados são convergentes aos achados de estudos anteriores (Ruschel et al., 2011; Bonfin et al., 2012; Rocha & Carvalho, 2012). Apesar dos impactos causados pela implementação do SPED na atividade contábil, benefícios também são percebidos por estes profissionais, a partir de sua utilização. Diversos autores convergem em relação aos benefícios que podem ser obtidos pelas organizações, a partir da utilização de tecnologia da informação, como o aumento da capacidade de armazenamento de dados, agilidade no processamento de informações, disponibilidade de informações para acesso remoto, fidedignidade dos dados e maior segurança da informação.

Apesar desses benefícios, percebe-se também a necessidade de mudanças nos processos de gestão das organizações. Torna-se necessária uma convergência de esforços para que a sensibilização sobre a importância e os benefícios que podem ser obtidos pelas organizações a partir da utilização do SPED superem a desconfiança e os processos de resistência a mudanças. Desta forma, é oportuno que os atores envolvidos no processo entendam tais ações como oportunidades de melhoria e não como ações de caráter punitivo.

Bonfin et al. (2012, p. 26) explicam que tais projetos podem funcionar como um “alicerce para uma nova administração fiscal, na qual o estado tem maior informação a respeito das operações de vendas entre empresas e proporciona para as organizações ganhos com a desburocratização de obrigações fiscais”. Nessa perspectiva, Britz et al. (2010) destacam que, apesar das possíveis dificuldades encontradas pelas organizações nos processos de implementação do SPED, os benefícios advindos de sua utilização já podem ser percebidos pelas empresas. Logo, sua adoção deve ser incentivada por parte dos gestores.

Evidentemente, a pesquisa apresenta algumas limitações. No entanto, fornece evidências que estimulam a realização de novos estudos. Assim sendo, sugere-se a reaplicação desta pesquisa em outras organizações contábeis de diferentes regiões do País, a fim de se identificar se as expectativas aqui destacadas podem ser comprovadas ou refutadas. Da mesma forma, sugere-se a realização de estudos, incluindo a participação de organizações que já implementaram o SPED, a fim de se compreender oportunidades de melhorias, processos de resistência e mudança, e ações desenvolvidas por essas empresas que contribuíram para sua institucionalização.

Referências

AZEVEDO, O. R.; MARIANO, P. A. (2010). *SPED - Sistema Público de Escrituração Digital* (2a ed). São Paulo: IOB.

BONFIM, D. P.; MORAES, D.; MACHADO, H.; AMORIN, M. O.; RAIMUNDINI, S. L. (2012). Nota fiscal eletrônica: uma mudança de paradigma sob a perspectiva do fisco estadual. *Revista ConTexto*, 12 (21), 17-28, 1º semestre.

BRITZ, C. M.; SANTANA, A. F. B.; LUNKES, C. A. (2010). Sistema público de escrituração digital: percepção dos gestores das cooperativas agropecuárias catarinenses sobre os prováveis benefícios produzidos com sua implantação. *Revista ABCustos*, 5 (3), 01-21, set./dez.

BURNS, J.; EZZAMEL, M.; SCAPENS, R. (1999). Management accounting change in the UK. *Management Accounting*, 77 (3), 28-30, mar.

BRASIL. AJUSTE SINIEF 09, de 25 de outubro de 2007. Disponível em: <https://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2007/AJ_009_07.htm>. Acesso em: 01 maio 2011.

BRASIL. Resolução CFC nº 803/96. *Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista - CEPC*. Disponível em: <<http://arcontabilbsj.com/legislax.php?recordID=3>>. Acesso em: 06 out. 2011.

BRASIL. Resolução CFC nº 560 de 28 de outubro de 1983. *Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.* Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res560.htm>. Acesso em: 30 abr. 2011.

BRASIL. Resolução CFC nº 1020/2005. *Aprova a NBC T 2.8 - Das Formalidades da Escrituração Contábil em forma Eletrônica.* Disponível em: <<http://www.valdecicontabilidade.cnt.br/contabilistas/NORMAS/Res1020.htm>>. Acesso em: 13 out. 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007. *Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>. Acesso em: 23 de mar. 2011.

CLETO, N.; OLIVEIRA, F. R. (2010). *Manual de Autenticação de Livros Digitais - SPED Contábil, Escrituração Contábil Digital - ECD.* São Paulo: Fiscosoft Editora Ltda.

DUARTE, R. D. (2009). *Big Brother Fiscal III: O Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil (3a ed.).* Belo Horizonte: Ideas At Work.

LUNELLI, R. L. (2010). *SPED - Sistema Público de Escrituração Digital (ECD - EFD - NF-e - NFS-e - CT-e).* São Paulo: Portal Tributário.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. (2002). *Técnicas de Pesquisa (5a ed.).* São Paulo: Atlas.

MARTINS, G. A. (2002). *Manual para elaboração de monografias e dissertações. (3a ed.).* São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, S. L. (2002). *Tratamento de Metodologia Científica: Projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.* São Paulo: Pioneira.

ROCHA, S. K.; CARVALHO, F. N. (2012). Análise da percepção dos acadêmicos egressos do curso de ciências contábeis das instituições de ensino superior públicas da grande Florianópolis sobre o Sistema Público de Escrituração Digital. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 11 (31), 23-36, dez./mar.

RUSCHEL, M. E.; FREZZA, R.; UTZIG, M. J. S. (2011). O impacto do SPED na Contabilidade: desafios e perspectivas do profissional contábil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 10 (29), 9-26, abr./jul.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Manual da NF- e 2010.* Disponível em: <http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/docs/Manual_Integra%C3%A7%C3%A3o_Contribuinte_vers%C3%A3o_4.01-NT2009.006.pdf>. Acesso em: 06 out. 2011.